



CHEFIA DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 6 -

Assim, ao mesmo tempo que, aparentemente, a função é desconsi-
derada, ninguém a libera de facto por forma a poder ser organizada racionalmen-
te.

A nível sectorial verificou-se uma grande melhoria, em geral,
com a criação ou reforço de várias direcções de Administração mas continua fra-
co o panorama.

A nível nacional ainda não se reconhece à administração o seu
valor próprio.

É assim que, por exemplo, se Finanças não der o seu aval, nada
marcha quanto a recursos (temos bloqueados vários milhares de contos da ASDI);
se a cooperação não der o seu aval, nenhum contacto com o exterior tem segui-
mento (mesmo quando o apoio estiver já garantido) mas sem o parecer da Adm
nistração, passam amiúde decisões, normas etc sobre essa matéria.

Além disso é claro que a sua área de actuação não está cla-
rificada e os recursos que lhe são atribuídos são insuficientes.

III - ALGUMAS MEDIDAS POSSÍVEIS

1. Sobre a racionalidade

Prosseguir a consciencialização " política " que vem sendo rea-
lizada, principalmente pelo Camarada Primeiro Ministro, no sentido da prevalên-
cia da racionalidade objectiva.

Apoio a essa acção com uma actuação rigorosa de aplicação das
leis, nomeadamente:

.../...



CHEFIA DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 7 -

- a. Exigir concursos para bolsas de pós-graduação;
- b. Não inscrever no Conselho de Ministros nenhum texto de matéria administrativa sem parecer prévio da SEAP;
- c. Aplicar com rigor legislação sobre bolsas de estudo, casas do Estado, etc;

Ficamos com a impressão de que, pelo menos a nível intelectual, a sociedade caboverdiana está consciente de que é preciso introduzir maior racionalidade e apoiaria medidas nesse sentido.

Por outro lado, a continuação do programa de reforma prevê para os anos 1989-90 precisamente a elaboração de normas de racionalização de gestão de:

- rec com SEAP* {
- Recursos materiais (compras, stocks, etc)
 - Comunicações administrativas (Arquivos, poder de assinatura, circuitos, etc)
 - Estruturas (critérios de criação de organismos).

Ora essas normas, só vale a pena investir na sua criação, se se estiver disposto a batalhar pela sua implementação.

2. COORDENAÇÃO, FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

Esta questão parece ser o calcanhar de Aquiles do processo. Na verdade o essencial da coordenação ainda carece da actuação directa do Primeiro Ministro sobretudo quando envolve departamentos que dispõem dos recursos.

.../...



CHEFIA DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 8 -

Todavia,

Se não se conseguir maior coordenação sobretudo entre os departamentos de gestão geral corremos o risco de perder oportunidades e duplicar esforços. É particularmente importante a melhor coordenação com Finanças.

Por outro lado será preciso ir clarificando progressivamente as funções da Secretaria de Estado da Administração Pública no quadro da gestão pública em geral, e os meios de que deve dispor e também ir esclarecendo o papel dos serviços centrais de administração no seio dos Ministérios.

3. TECNICIDADE

Muito se tem feito nesse sentido. Todavia em certos serviços será preciso colocar pessoal técnico na área de administração e, por outro, importa melhorar o aproveitamento do pessoal formado que, na maior parte dos casos, é colocado em tarefas e funções que nada têm a ver com a formação que recebe.

4. CONCLUSÕES

Para garantir consistência ao adquirido e continuidade ao processo propomos:

Maior coordenação entre os serviços directamente envolvidos;
Maior rigor na aplicação da legalidade;
Melhor esclarecimento das funções da SEAP;
Fornecimento ao programa de Reforma dos meios financeiros indispensáveis (até esta altura não temos nenhuma informação sobre o financiamento do programa deste ano);

.../...



CHEFIA DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 9 -

Melhor aproveitamento das competências

Mais proponho que, para se fazer uma avaliação geral e serem tiradas orientações políticas globais, se realize uma reunião da CONTERMA a nível ministerial presidida pelo Camarada Primeiro Ministro, talvez, em Outubro próximo.

Praia, 30 de Junho de 1989.-

RENATO CARDOSO
SECRETÁRIO DE ESTADO